A REPRODUÇÃO CONTRADITÓRIA DO RURAL NAS PEQUENAS CIDADES

THE CONTRADICTORY REPRODUCTION OF RURAL SMALL TOWNS

LA REPRODUCCIÓN CONTRADICTORIA DEL RURAL EN LAS CIUDADES PEQUEÑAS

JOÃO E. FABRINI

UNIOESTE – PR

lfabrini@unioeste.br

Prof. do Depto. de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Resumo: As pequenas cidades, embora inseridas no processo geral de industrialização e urbanização brasileira, apresentam forte característica rural em sua dinâmica social, política e econômica. A forte presença de características agrárias indica uma singular relação entre urbano e rural. Calçadas por diversos suportes teóricos, diferentes interpretações foram feitas sobre a relação rural-urbano, das quais será destacada a oposição entre eles, a espacialização hegemônica do urbano e a interdependência e continuidade entre eles. Neste sentido, é necessário investigar o princípio da expansão contraditória e conflituosa das relações capitalistas para compreender a relação entre rural-urbano e uma força rural que se ergue na dinâmica das pequenas cidades brasileiras.
Palavras-chave: Rural, urbano, interdependência, contradição, pequenas cidades.

Resumen: Las ciudades pequeñas, aunque insertadas en el proceso general de industrialización y de urbanización brasileña, presentan fuerte característica rural en su dinámica social, política y económica. La presencia fuerte de características agraria indica una relación singular entre urbano y rural. Pavimentado por varios apoyos teóricos, interpretaciones diferentes se hicieron sobre la relación rural-urbana, del qué será destacado la oposición entre ellos, el hegemónico del espacialización del urbano y la interdependencia y continuidad entre ellos. En este sentido, hay alzar el principio del opuesto y chocando expansión de las relaciones capitalistas para entender la relación entre rural-urbano y a una fuerza rural que sube en la dinámica de las ciudades brasileñas pequeñas.
Palabra-claves: Rural, urbano, interdependencia, contradicción, ciudades pequeñas.

Abstract: Although inserted in the general process of industrialization and Brazilian urbanization, some small cities present a strong rural characteristic in its social dynamics, politics and economic. Such strong presence of agrarian characteristics indicates a singular relationship between urban and rural. Paved by several theoretical supports and different interpretations they based on rural-urban relationship, from which we will outstand the opposition among them, the hegemonic espacialization of the urban and the interdependence and continuity among them. In this sense, it is necessary to investigate the beginning of the contradictory and conflicting expansion of the capitalist relationships to understand the relationship among rural-urban and a rural force that rises in the dynamics of the small Brazilian cities.
Key-words: Rural, urban, interdependence, contradiction, small cites.

INTRODUÇÃO

O conteúdo rural das pequenas cidades constitui-se como componente importante da realidade brasileira e exige uma interpretação de geógrafos e cientistas sociais. As discussões sobre relação entre o rural e o urbano existem já há bastante tempo, porém se tornaram mais intensas com o advento da industrialização e da urbanização, ocorrido a partir das décadas de 1950/60, quando novos conteúdos foram acrescentados à realidade espacial do campo e da cidade.

O processo de industrialização brasileira foi estendido para a agricultura, possibilitando a integração de espaços e fluxos, bem como a formação dos denominados complexos agroindustriais, que segundo autores como Silva (1996), é a expressão da industrialização e urbanização da agricultura brasileira. Assim, o urbano não se limitou à cidade, estendendo-se também ao campo. Mas, observa-se, no entanto, que este processo é desigual e contraditório.

Com base em diferentes suportes teóricos, foram feitas várias interpretações da relação entre o rural e o urbano, inclusive das pequenas cidades. Essas interpretações vão desde a dicotomia, passando pelo fim do rural, até a idéia de continuidade/interdependência. No conjunto dessas interpretações, é necessário investigar o princípio da expansão contraditória e conflituosa das relações capitalistas a fim de se compreender como uma força agrária se ergue na dinâmica territorial das pequenas cidades brasileiras.

A interpretação de oposição entre o rural e o urbano

A partir de uma concepção segmentada, o rural e o urbano apresentam traços essencialmente distintos e podem ser interpretados como opostos. Segundo Solari (1979), ao referenciar Sorokin e Zimnermann (1929), é possível elaborar uma formulação em que o rural aparece em oposição ao urbano, portanto, em que ambos possuem um conjunto de traços diferenciadores.

O primeiro traço que distingue o rural de urbano, a qual todos os outros estão vinculados, seria a natureza das ocupações econômicas, já que, no meio rural, as pessoas estão vinculadas à agropecuária, ao cultivo de plantas e à criação de animais. A indústria, o comércio e os serviços seriam atividades econômicas do meio urbano. As atividades industriais no campo seriam acessórias e desenvolvidas artesanalmente para atender as necessidades de subsistência.

Outro traço apresentado pelas populações rurais é sua relação com a natureza, pois no campo elas estão mais expostas às condições do meio físico. No meio rural, as forças produtivas escapam do controle e da decisão dos camponeses, implicando uma dependência maior dos fatores naturais, o que influencia as atividades econômicas, mentalidades e relações sociais. Nas cidades, predominaria uma segunda natureza, resultante do desenvolvimento da ciência e da técnica.

Um terceiro traço destacado pelos autores mencionados anteriormente é o número de habitantes de uma determinada comunidade considerado como elemento importante para a distinção entre o rural e o urbano. A densidade populacional – um critério ainda muito utilizado para caracterizar espaços – seria um importante critério para classificar esses dois âmbitos.

Outra diferença significativa é a tendência à homogeneidade, existente nas comunidades rurais, resultante da interação social dos sujeitos. A interação social do homem do campo é feita numa escala e diversidade menores, limitadas à comunidade, ao bairro rural ou à vizinhança. Os contatos quantitativamente menores estariam diretamente vinculados ao seu conteúdo, pois seriam mais diretos, concretos e personalizados.

No campo, predominam as relações integrais entre os sujeitos. As pessoas seriam conhecedoras da história de cada um, dos traços da vida familiar, sendo identificadas inclusive pelo nome e sobrenome, por exemplo. Secundariamente, os sujeitos seriam identificados pela profissão ou trabalho que desenvolvem.

Se, por um lado, as relações são mais personalizadas, integrais e homogêneas no campo, por outro, nas cidades, elas tendem a ser impessoais e fragmentadas, ou seja, não são estabelecidas diretamente entre pessoas. O sujeito é reconhecido mais pela função que desempenha como diretor, funcionário ou cliente do que pela sua pessoa. Embora a interação no meio urbano seja mais ampla e complexa, ela não é construída por personalidades integrais como ocorre no campo, mas pelo fragmento construído a partir da função que desempenha no processo produtivo.

> "As pessoas das cidades mantém contatos com pessoas de todas as partes do mundo, pertencentes às mais diversas culturas e às mais diferentes religiões. O homem do campo, em geral, só tem contato com sua vizinhança, e, quando muito, escreve uma ou outra carta àqueles que foram viver nas cidades... O homem da cidade trata muito menos com personalidades completas do que com indivíduos que se distinguem conforme a função que realizam frente a ele – isto é, com enfermeiros, guardas, empregados, médicos, advogados, açougueiros, policiais, etc." (SOLARI, 1979, p. 9).

A partir das evidências expostas, é possível concluir que a cidade é o espaço onde se realizam as relações urbanas, e o campo, o espaço onde se realizam as relações vinculadas ao universo rural. Assim, as relações urbanas seriam vividas nas cidades e, no campo, as rurais.

Nesta concepção de oposição, o rural é entendido como rude, tosco, grosseiro, rústico, enquanto o urbano é entendido como sinônimo de pólis, moderno, sociável, refinado, polido. Solares (1995), a partir de sinônimos e antônimos, destaca algumas compreensões de rural e urbano:

> "Por 'rural', sinónimo: rústico, inculto, agreste, campesino, agrario, labranza, del campo... Por 'agrario', sinónimo: campesino, rural, campestre, rústico, agrícola; antónimos: moderno, de la ciudad, urbano.... por 'urbano' sinónimos: ciudad, metrópoli, capital, población, centro, cabeza, refinado, sociable, moderno; antónimos: del campo, insociable, tradicional, rustico". (SOLARES, 1998, p. 8).

Considerando que o espaço em que o sujeito está inserido contribui para a construção do seu ser, a partir desta compreensão, os habitantes do campo, neste caso, os camponeses, seriam portadores de características rurais, pois estão mais ligados à natureza e menos à cultura, civilização e a pólis (política). As cidades, onde o fenômeno urbano ocorre com mais intensidade, estariam mais ligadas à civilização, à cultura e à política em função dos amplos contados e das múltiplas relações que este espaço permite estabelecer entre os sujeitos.

Até mesmo o caráter conservador das populações do campo estaria vinculado à sua geografia, pois o relativo isolamento de cada família em sua pequena propriedade não permite a coesão, consciência política coletiva, capacidade de representação, enfim, o distanciamento espacial não possibilita a formação de consciência de classe "para si". As características familiares, localizadas e mais fechadas, em que estão centradas as relações sociais de produção camponesa, implicam na dificuldade de elaboração de um projeto coletivo. Marx (1987), ao estudar os camponeses franceses no século XIX, afirma que a unidade e agregação entre eles seriam semelhantes àquela existente num "saco de batatas".

> "Os pequenos camponeses constituem uma massa imensa cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecer relações multiformes entre si. Seu modo de produção isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio mútuo... A grande massa da nação francesa forma-se, assim, pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma forma que batatas em um saco constituem um saco de batatas...Mas na medida que existe entre os camponeses apenas uma ligação local e em que a igualdade de interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não formam uma classe.". (MARX, 1987, p. 137).

Características das relações camponesas, como a simples divisão do trabalho, atendimento relativo das necessidades alimentares, produção própria de ferramentas e instrumentos de trabalho, por exemplo, não contribuem para o estabelecimento de trocas e alargamento da visão dos camponeses. Assim, a demarcação familiar da propriedade da terra se traduziria num espaço que distancia as pessoas, diferente do que ocorreria no espaço urbano.

A compreensão de superioridade do urbano-industrial de Marx (1987) pode ser cotejada com a de Santos (2000, 2000b), quando elege a cidade, diferente do campo camponês, espaço privilegiado para a construção de agregações, solidariedade e resistência à globalização e dominação do capital. Na cidade, o espaço aproxima as pessoas. A aproximação das residências, por exemplo, permite a ampliação dos laços de solidariedade entre as pessoas.

Segundo Santos (2000), a população aglomerada em áreas menores amplia o dinamismo para a "mistura" de filosofias, rebatendo o pensamento único da globalização do capital. O aglomerado populacional assegura novas possibilidades de interpretação do mundo. "A população aglomerada em poucos pontos da superfície da Terra constitui uma das bases de reconstrução e de sobrevivência das relações locais, abrindo possibilidade de utilização, ao serviço dos homens, do sistema técnico atual". (Santos, 2000, p. 21).

A partir dessa compreensão, é possível aprender que o campo construído pelos camponeses apresenta dificuldades para o desenvolvimento de ações de resistência à globalização do capital porque o espaço distancia as pessoas. Santos (2000b) ainda considera uma perversidade horrível o sujeito viver no campo, em vista das relações que se estabelecem neste espaço.

> "Primeiro, não sou fã do campo. Acho um negócio horrível condenar o sujeito morar no campo. É a maior perversidade que pode existir. Na verdade, pode-se viver na cidadezinha e trabalhar no campo, que é a tendência brasileira recente". (SANTOS, 2000b, p. 57).

Alguns autores, como Abramovay (1992), consideram que, no novo paradigma do capitalismo agrário, o campo camponês tende a desaparecer e ser substituído por uma agricultura familiar não-camponesa. Mesmo considerando a agricultura desenvolvida em pequenas propriedades, ela estaria assentada em base familiar (agricultura familiar), e não camponesa.

Segundo Silva (1996), a extensão da indústria para a agricultura teria sido responsável por uma série de transformações, não sendo mais possível referir-se a uma agricultura camponesa, mas sim a uma agricultura industrializada, urbanizada, empresarial e desenvolvida por profissionais.

Embora a compreensão fragmentada entre o urbano e o rural tenha recebido diversas críticas, a interpretação das diferenças ainda hoje desafia os estudiosos, pois não perdeu seu sentido. É possível verificar traços do meio rural reproduzidos no urbano e vice-versa, o que implica a necessidade de interpretar a relação entre o rural e o urbano no contexto contraditório e conflituoso da expansão das relações capitalistas de produção. Antes, porém, de tratar dessa relação no contexto contraditório e conflituoso, será discutida a idéia da espacialização hegemônica do urbano.

A espacialização hegemônica do urbano

A idéia de que o fenômeno urbano se espacializa no campo implica a superação da visão dicotômica referida anteriormente. Se, de um lado, nesta espacialização, é possível verificar uma complementaridade e interdependência entre o rural e o urbano, resultante da expansão das relações capitalistas, de outro, é possível extrair daí uma tendência à uniformização das relações em que o urbano se torna hegemônico e submete a organização espacial à sua cadência.

A partir da idéia de espacialização hegemônica, as relações urbanas se estenderiam para o rural, desdobrando-se em uniformização, apagando a distinção entre eles. Assim, seria possível apontar uma relação de urbanização da sociedade. O rural, embora não desaparecesse, se constituiria apenas de ilhas, denominadas ilhas de ruralidade:

> "Com o avanço do capitalismo, a propriedade da terra e a produção agrícola tornam-se negócios dos capitalistas urbanos e passam a ser comandados por estes. Perfila-se um modo de viver urbano, que penetra nos campos, comportando sistemas de objetos e sistemas de valores... A urbanização tende a apagar a distinção cidade-campo, mas em decorrência da maneira contraditória como ocorre, com o império do valor de troca e com a permanência de ilhas de ruralidade" (ENDLICH, 2006, p. 21/22).

Neste processo de transformações, o espaço do campo e as pequenas cidades teriam seus

papéis redefinidos, pois perderiam poder decisório no processo de acumulação capitalista. Acrescenta-se ainda que, na redefinição dos papéis, o campo e as pequenas cidades também não seria o "lugar" principal da confrontação e resistência a esta acumulação, como anteriormente destacado.

Embora a cidade seja uma forte expressão do urbano, nem todo o espaço urbanizado seria convertido em cidades. Um grande desafio colocado à sociedade seria a conquista dos benefícios trazidos pela urbanização, ou seja, o "direito à vida urbana" que a cidade renovada e transformada proporciona, isto é, "na direção de entrada para prática de um direito: o direito a cidade, isto é, à vida urbana, condição de um humanismo e de uma democracia renovados" (LEFEBVRE, 2004, p.1).

Dessa forma, é possível apreender que as relações urbanas, o tecido urbano, espacializa-se e vai corroendo as relações manifestadas nas pequenas cidades, bem como no campo. Embora Lefebvre (2004) destaque que a relação urbanidade-ruralidade não desaparece, mas se intensifica, expressando conflitos latentes, mesmo nos países industrializados, um "tecido urbano" se estende e se prolifera, corroendo os resíduos da vida agrária.

> "Trazidas pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Os mais conhecidos dentre os elementos do sistema urbano de objetos são a água, a eletricidade, o gás, que não deixam de se fazer acompanhar pelo carro, pela televisão, pelos utensílios de plástico, pelo mobiliário 'moderno', o que comporta novas exigências no que diz respeito aos 'serviços'. Entre os elementos dos sistemas de valores, indicamos os lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a seguranças, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade. Geralmente, a juventude, grupo etário, contribui ativamente para essa rápida assimilação das coisas e representações oriundas da cidade...Entre as malhas do tecido urbano, persistem ilhotas e ilhas de *ruralidade* 'pura', torrões natais frequentemente pobres (nem sempre), povoado por camponeses envelhecidos, mal 'adaptados', despojados daquilo que se constitui a nobreza a vida camponesa nos tempos de maior miséria e opressão". (LEFEBVRE, 2004, p.11) (grifo do autor).

Incorporando relações originárias da cidade, novos conteúdos espaciais são reafirmados ou reproduzidos sob o domínio do tecido urbano. Neste sentido, ainda segundo Lefebvre (2004), a sociedade contemporânea, tanto do campo quanto da cidade, aparece como sociedade urbana depois da era rural e da era industrial. A formação desta sociedade urbana revela-se numa dimensão mundial do processo de urbanização, ou seja, a urbanização da sociedade.

A urbanização está assentada e relacionada ao processo de industrialização que se desdobrou na agricultura. Silva (1995 e 1996) trata do processo de industrialização da agricultura brasileira referindo-se à passagem do "complexo rural" para o "complexo agro-industrial", que implica num *novo rural*. O complexo agroindustrial, fusão entre agricultura e indústria, seria o auge do processo de industrialização da agricultura, como se uma fábrica se estendesse para além do chão da planta fabril. Assim, a agricultura seria um ramo da indústria que comandaria o processo produtivo:

> "Com a industrialização da agricultura – especialmente na fase de consolidação dos CAIs a partir de meados dos anos 70 – impõe-se uma crescente urbanização do meio rural. Dois processos são aí fundamentais: primeiro, a conhecida 'perda de atividades do setor agrícola1' que caracteriza a ruptura do velho complexo rural: as cidades absorvem gradativamente atividades que antes se encontravam dissolvidas no interior das fazendas, além de criar novos ramos de atividades. Segundo, o que poderíamos chamar de 'urbanização do trabalho rural', que se traduz nas transformações na relações sociais de produção – particularmente as relações de trabalho, no crescimento relativo dos contingentes de assalariados permanentes associados a maiores níveis de força de trabalho e tecnificação crescente dos familiares ligados aos CAIs". (SILVA, 1995, p. 135).

A industrialização da agricultura ocorreu graças à elevação do padrão técnico com a utilização de equipamentos, inicialmente importados na sua maioria, e posteriormente produzidos internamente, mecanização, utilização de insumos, biotecnologia, etc. A agricultura tornou-se uma importante fornecedora de matérias-primas para as indústrias, bem como um mercado consumidor de produtos industrializados. Uma "agricultura contratual" contribui

para a efetivação das denominadas soldagens a jusante e montante.

A industrialização e a espacialização hegemônica das relações urbanas se desdobram nas relações de classe e trabalho no campo. Nesta compreensão, os camponeses, detentores dos meios de produção (terras, ferramentas, instrumentos, etc.) tendem a se especializar cada vez mais em determinadas atividades num processo de intensificação da divisão trabalho, tal qual ocorre numa fábrica, ao estilo fordista. Especializados em determinadas tarefas, os camponeses perdem o controle do processo produtivo, assemelhando-se a assalariados (ou operários disfarçados) a serviço de corporações e empresas transnacionais que detêm o comando da produção agrícola. Assim, os camponeses vão se transformando em agricultores familiares incorporados cada vez mais ao dinamismo econômico e social globalizado.

A transformação do padrão técnico com mecanização, uso de tecnologias, informática, biotecnologia e conhecimentos científicos trazem implicações para a gestão do estabelecimento que, cada vez mais, vai tomando feição empresarial. Com a diminuição da população economicamente ativa trabalhando em atividades rurais, surge um conjunto de atividades não-agrícolas, assim como também ocorrem alterações no padrão de consumo como conseqüência da adesão a costumes urbanos. Desta forma, o rural vai gradativamente tomando feição urbano-industrial com o surgimento de um agricultor profissional e especializado.

A industrialização da agricultura implicaria, de um lado, o fortalecimento de uma classe de empresários rurais modernos (burguesia rural) em substituição a uma oligarquia rural formada por latifundiários atrasados, os coronéis, que exercem poder e acumulação de capital em bases pré-capitalistas, e de outro, o fortalecimento de uma classe de trabalhadores no campo. No caso dos pequenos agricultores, também se formaria uma classe de trabalhadores operários "disfarçados", pois, embora detentores da terra e meios de produção, todo o controle da produção seria exercido por modernas empresas capitalistas nacionais e transacionais.

Na década de 1950 e 1960, a esquerda vinculada ao Partido Comunista Brasileiro entendia que a industrialização e "caificação" provocariam uma "revolução" na vida do camponês, uma vez que, ao incorporá-lo no mundo da mercadoria, eliminaria relações e tradições feudais, atrasadas, típica do mundo agrário, que impediam o desenvolvimento do processo revolucionário socialista. O desenvolvimento das forças produtivas e a modernização da base técnica se desdobrariam na criação de condições emancipatórias, pois haveria incompatibilidade entre as relações de produção modernas e as relações sociais atrasadas. O desenvolvimento de forças produtivas removeria obstáculos políticos no campo com a forja de um sujeito mais sintonizado com os ideais revolucionários socialistas criados no berço urbano-industrial. Todavia, esta teoria não se confirmou.

Além dessas mudanças na vida do camponês, a industrialização e urbanização da agricultura provocariam outras mudanças na relação de classe no campo, impactando também os latifundiários. O latifúndio, considerado uma irracionalidade na produção capitalista, pois remunera o proprietário fundiário sem produção na terra, se transformaria em verdadeiras empresas rurais, ou seja, imóveis altamente produtivos, explorados "racionalmente".

Atualmente (a partir da década de 1990), esta agricultura passou a ser denominada agronegócio. O agronegócio apresenta uma exploração agrícola altamente mecanizada, usuária dos pacotes tecnológicos modernos, com produção em larga escala em grandes extensões de terras, geralmente de base monocultora e voltada para a integração a mercados de exportação. Nesse modelo, evidencia-se a integração dos diferentes conjuntos de sistemas, dentre eles os de produção agrícola, insumos, máquinas e equipamentos, distribuição, comercialização, mercados e operações financeiras (FERNANDES e WELCH, 2008) e ainda se nega a gravidade da concentração fundiária e se ignora a manutenção do rentismo fundiário, relegando parcela significativa das populações rurais (e urbanas) à marginalização, pobreza e miséria.

Motivada por objetivos distintos daqueles da esquerda, a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) também acreditava no fim do latifúndio como condição para o desenvolvimento das forças produtivas, base para o desenvolvimento e industrialização. Os diagnósticos da CEPAL assentados no arcabouço teórico estruturalista procuravam demonstrar que a presença do latifúndio e da concentração de terra representava um atraso econômico, já que, além de gerar dificuldades na oferta de alimentos às cidades, fazia com que a produção não reagisse na mesma proporção das necessidades. Essas condições levariam à elevação dos pre-

ços dos alimentos e, conseqüentemente, dos salários, tornando inviável o processo de industrialização, pois, como as fazendas eram praticamente auto-suficientes e não adquiriam grande parte dos produtos de que necessitavam, não havia possibilidades de ampliação do mercado interno.

O obstáculo colocado pelo latifúndio à industrialização brasileira também atingia a urbanização e dificultava a ampliação da malha urbana. A malha urbana rarefeita, conseqüência da forte presença de latifúndio, não permitia a formação de um mercado interno local capaz de dinamizar economicamente as pequenas cidades.

Se, por um lado, a industrialização da agricultura trouxe impactos para as classes sociais do campo, como os camponeses e latifundiários, por outro, ela foi responsável por mudanças de natureza espacial, como as ocorridas nas pequenas cidades, que sofreram alterações na hierarquia, nas funções, nos papéis, na morfologia, etc. A partir do entendimento de industrialização da agricultura e espacialização hegemônica das relações urbanas, as pequenas cidades perderam importância na acumulação capitalista, função de outras cidades maiores, que ainda centralizam decisões e comandam a acumulação capitalista.

Em pesquisa realizada na região de Catanduva, no estado de São Paulo, onde predomina o complexo agroindustrial sucroalcooleiro, Bernardelli (2006) destaca que houve importante redefinição dos papéis urbanos de pequenas cidades com a consolidação da agroindústria. Segundo a autora, a industrialização e modernização da agricultura, resultantes de investimentos privados e estatais através de programas como o Pró-álcool e Pró-oeste, desde a década de 1980, provocaram profundas e complexas redefinições de papéis urbanos, quando as pequenas cidades passaram a ser portadoras de novos conteúdos, interações e fluxos.

Neste caso, as pequenas cidades perderam a centralidade que apresentavam no passado, enquanto outras, como foi o caso de Catanduva, teve sua importância reforçada e ampliada, já que polarizou não somente pessoas, mas também investimentos públicos e privados. Essa centralidade reforça a influência de cidades de médio porte sobre as pequenas na região devido à sua superioridade competitiva e corporativa:

> "Enquanto Catanduva conseguiu e consegue capitalizar vantagens com o reforço de sua centralidade, portanto reforçando seus papéis no escopo da rede regional de cidades, contraditoriamente o inverso foi verificado para as pequenas cidades: perda de centralidade e de papéis, tornando-se a moradia de um contingente expressivo de trabalhadores da agricultura e das agroindústrias da região, uma das mais fortes funções que continuam a desempenhar essas cidades" (BERNARDELLI, 2006, p. 236)

As pequenas cidades da região Catanduva passaram a desempenhar papéis restritos por causa do baixo poder aquisitivo de pessoas que aí se fixaram, verificado por um consumo básico destinado apenas à reprodução da força de trabalho. Mesmo que o número de habitantes dessas pequenas cidades tenha aumentado, segundo a autora, o seu papel urbano tem diminuído com o processo de modernização (industrialização da agricultura) iniciado a partir de 1980:

> "Trata-se de cidades com papéis/funções pouco atrativas para seu entorno, ou seja, não conseguem atrair uma ampla gama de consumidores, e os que aí residem não possuem renda familiar que permita um padrão de consumo variado e elevado, que justificasse o desempenho de múltiplos papeis nesses lugares. Aliado a este fato, muitos habitantes consomem produtos e serviços fora da cidade de origem, por conta da ausência, da qualidade, do preço, do atendimento, entre outros, oferecidos nas pequenas cidades o que arrefece ainda mais os seus papéis urbanos". (BERNARDELLI, 2006, p. 244).

As pequenas cidades da região possuem apenas o papel de moradia, principalmente com a formação de conjuntos habitacionais criados pelo Estado. Assim, o Estado não atuou somente na política de modernização da agricultura como o Pró-álcool, mas também em políticas públicas, através da formação de conjuntos habitacionais nas pequenas cidades para servir aos trabalhadores do complexo agroindustrial.

A partir desse exemplo, verifica-se que as pequenas cidades vinculadas ao universo rural perdem gradativamente sua importância na acumulação capitalista, representando, no máximo, um papel secundário. Contudo, cabe indagar se, ao perderem suas funções importantes para a acumulação de capital, as pequenas cidades perderam também os "papéis huma-

nos", de resistência ou negação da ordem mercadológica.

Autores como Veiga (2001), por exemplo, questiona a urbanização completa da sociedade, reconhecendo o lugar social do rural e das pequenas cidades, considerando que elas possuem importante papel na acumulação capitalista no mundo contemporâneo. Para o autor, os pequenos municípios não apresentariam predominância de vida urbana em vista das atividades econômicas aí desenvolvidas, ou seja, nas pequenas cidades, o conteúdo urbano apresenta-se de modo muito frágil.

Veiga (2001) entende que o Brasil não é um país ultra-urbano com uma população rural composta por apenas 18% da população total, ou seja, cerca de 30 milhões de habitantes (dados de 2000). Conforme o autor, na realidade, há mais de 50 milhões de habitantes nos cerca de 4.500 municípios que possuem até 20.000 habitantes, ou seja, pequenos municípios rurais. Acrescenta-se ainda uma faixa de municípios que apresentam características rurais e urbanas, denominada de Zona Cinzenta; de Centros Rurbanos.

Anéis	Município	População (milhões)		Aumento 1996-2000	
	Número	1996	2000	milhões	%
Regiões metropolitanas (23	403	62,9	68,9	6,0	10
Aglomerações urbanas (26)	116	12,3	13,5	1,2	10
Centros urbanos	77	14,6	16,0	1,4	10
Centros "rurbanos"	421	17,2	18,5	1,3	7
Brasil rural	4.490	50,1	52,6	2,5	5
Totais	**5.507**	**157,1**	**169,5**	**12,5**	**8**

Fonte: censo demográfico 2000, In: Veiga 2001b.

Segundo Veiga (2001), o equívoco do entendimento de um Brasil urbano que possui apenas ilhas de ruralidade deve-se a uma interpretação estritamente estatística do que é o campo e a cidade. Para interpretar e classificar os municípios rurais ou urbanos, devem ser levados em conta outros elementos, tais como densidade demográfica do município, localização e número de habitantes.

A exclusividade estatística das análises dos dados do IBGE implicou em reconhecer como cidades, as pequenas comunidades, distritos, bairros, vilas, dentre outras, que possuem forte dinâmica rural. Portanto, seriam "cidades imaginárias", ou seja, uma invenção de cidades a partir de dados estatísticos. Veiga (2001) questiona, inclusive, a realização de Conferências das Cidades, pois muitos pequenos municípios apresentam mais características rurais do que urbanas.

Embora a interpretação de Veiga (2001) se constitua um avanço, pois atenta para a importância e lugar da agricultura familiar, do rural e das pequenas cidades para o desenvolvimento, é possível concluir que este lugar é garantido pelo seu papel na acumulação de capital. Assim, as pequenas cidades e a pequena agricultura seriam "funcionais" ao capital, o que garantiria o seu lugar na sociedade contemporânea.

Agricultura familiar e pequenas cidades funcionais ao capital

Na perspectiva de intensificação das relações capitalistas de produção, dois caminhos estão colocados para o rural: o primeiro está assentado no grande agronegócio monocultor, e o segundo, no pequeno agronegócio, de base familiar (agronegócio familiar). A agricultura familiar e as pequenas cidades teriam seu lugar garantido pelo papel que desempenham na acumulação capitalista.

Enquanto a agricultura de ponta, monocultora, precisa e especializada em determinados cultivos (cana, soja, algodão, milho, boi, dentre outros) implica um fraco dinamismo econômico por não estimular iniciativas à sua volta, desdobrando-se na urbanização com redefinição do papel das pequenas cidades, como visto anteriormente, o agronegócio familiar seria responsável pela importante diversificação e pelo dinamismo rural.

> "Esse é particularmente o caso dos estabelecimentos agrícolas nos quais o núcleo familiar constitui uma pequena empresa, geralmente informal. Eles são férteis mananciais de habilidades empreendedoras e estimuladores de uma fortíssima ética do trabalho. Muitas das pequenas empresas comerciais, artesanais, ou proto-industriais que mais diversificam as economias locais germinam neste tipo de organização." (VEIGA, 2001b, p. 9)

A diversificação da produção intrínseca à agricultura familiar está em contraponto com a especialização do grande agronegócio. No caso da criação de gado, por exemplo, os sistemas policultores com criação de pequenos animais e pecuária de leite se opunha à monotonia de ilhas monocultoras de pastagens extensivas. Além dessa, outras vantagens se verificam na agricultura familiar, como a ambiental, fazendo-a infinitamente superior ao grande agronegócio monocultor. (VEIGA, 2001b, p. 12).

Como possibilidade de desenvolvimento, acrescenta-se à diversificação da pequena agricultura as atividades não-agrícolas realizadas, sobretudo, por pequenos proprietários rurais. Silva (1996) considera que a renda do agricultor não é mais exclusivamente agrícola, marcando a existência da pluriatividade e desenvolvimento de atividades não-agrícolas, tais como turismo rural, balneários, prestação de serviços, hotéis-fazenda, pesque-pagues, etc. As atividades não-agrícolas seriam responsáveis e indicativas de um potencial dinamizador do desenvolvimento, ou seja, as pequenas escalas produtivas agrícolas desempenham papel importante nas atividades na acumulação capitalista.

Portanto, as ORNAs (ocupações rurais não-agrícolas) se erguem como alternativa e motor do desenvolvimento rural, capazes de resolver problemas, por exemplo, de desemprego. Segundo Silva (1996), ainda, estima-se que cerca de 35% da renda familiar da população rural vêm de atividades não-agrícolas. Considerando a versatilidade da pequena agricultura capaz de potencializar o desenvolvimento, as atividades não-agrícolas deveriam ser atendidas tanto por ações governamentais (políticas públicas), como por ações empresais privadas capazes de estimular a economia de municípios rurais.

Assim, a pequena escala produtiva expressa na agricultura familiar realizada em moldes empresariais é responsável pela dinamização de pequenas cidades. Na construção do lugar das pequenas cidades, as forças locais são reconhecidas como propulsoras do desenvolvimento, permitindo referir-se à idéia de Desenvolvimento Local.

O local é entendido como a comunidade, municípios pequenos ou conjunto deles em detrimento de lugares mais populosos, e a geografização da agricultura familiar ocorre pelas trocas, no caso, de mercadoria, em cuja essência se encontraria a idéia de desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento local expressa a importância que esta esfera (local) assume no estabelecimento de relações sociais de produção.

Neste entendimento, o contexto local se ergue como esfera privilegiada no processo de desenvolvimento e é colocado como elemento fundante nas relações. A partir de diferentes imbricações, seria possível chegar ao DTR (desenvolvimento territorial rural). Dessa forma, o território e o local nele implícito surgem como um trunfo para a existência da agricultura familiar e para as pequenas cidades, mas um "trunfo" mercadológico.

Na essência, esse desenvolvimento (DTR) expressa uma compreensão marcada pela criação de oportunidades de negócio (como se o mercado criasse oportunidades iguais a todos) por meio da potencialização de competitividades. O desenvolvimento nesta perspectiva está pautado na inserção do pequeno agricultor no mundo da mercadoria, ou seja, o desenvolvimento existe quando se eleva a capacidade de produzir e consumir mercadorias. A incorporação às cadeias produtivas dos diversos setores e agricultura contratual, inclusive do setor energético, como a produção agro-combustível (biodiesel e etanol), na visão daqueles que defendem os DTRs, seria uma solução.

Nesse sentido, um dos grandes desafios para os setores vinculados ao agronegócio familiar é saber vender o rural. As políticas públicas, inclusive as elaboradas pelos órgãos governamentais, deveriam se pautar nesta compreensão, ou seja, a valorização do potencial mercadológico que as pequenas propriedades familiares e o rural representam.

A educação e as escolas rurais, por exemplo, teriam importante papel no sentido de "ensinar" este sujeito a reconhecer os ardis do mundo da mercadoria para saber transitar e sobreviver nele. É preciso saber ser empresário para garantir o lugar e a existência do rural e

das pequenas cidades. O pequeno empresário, inserido nos esquemas da produção de mercadoria, deveria abandonar aqueles saberes, tradições, costumes e conhecimentos camponeses, pois eles se traduzem em dificuldades para elevação da competitividade, ganhos e rendas.

Os pequenos agricultores levariam vantagens econômicas ao produzirem com mais eficiência por causa de características locais. A inserção no mundo da mercadoria ampliaria o horizonte geográfico do agricultor, ou seja, a geografização ocorreria pelas trocas, proporcionando sentido sociabilizador e aumento da capacidade de organização e reivindicação de benefícios, como políticas públicas, por exemplo.

Alargando a compreensão, o local (pequenos municípios) ainda se apresenta como potencializador do desenvolvimento, pois possui um conjunto de vantagens que permite formas descentralizadas e participativas de gestão. A descentralização e o poder de decisões são transferidos para as regiões, municípios, conselhos e comunidades e segmentos populares.

> "A descentralização, entendida como transferência de poder decisório aos estados, municípios e atores locais, expressa, por um lado, os processos de modernização gerencial da gestão pública. Os conselhos, enquanto instrumento da vida em sociedade, são defendidos pelos liberais e pela esquerda, em seus diferentes matizes". (NUNES e OLIVEIRA, 2004, p. 6).

Contrapondo-se à idéia de que a tendência da acumulação capitalista implica uma concentração cada vez maior dos meios de produção, em que a grande empresa apresenta elevada eficiência econômica, autores como Veiga (2001) inovam ao reconhecer a eficiência econômica da pequena agricultura (agricultura familiar), o papel do rural e o lugar das pequenas cidades. Entretanto, como apontado anteriormente, o lugar da pequena agricultura e das pequenas cidades está garantido por sua capacidade econômico-produtiva de mercadorias.

O desenvolvimento local está assentado na concepção de negócio (agronegócio) familiar. De acordo com Fernandes (2001), a agricultura familiar se constitui numa tese que defende a integração, e não a negação e luta contra o capital por parte dos pequenos agricultores. O desenvolvimento local e a agricultura familiar estão inseridos naquilo que Fernandes denomina de "paradigma do capitalismo agrário", que está em contraponto com o "paradigma da questão agrária".

> "O que há de novo é que, desde o início da década de 90, surgiu outra leitura desse processo em que se defende a integração ao capital. Essa é a tese da agricultura familiar. Compreende a diferenciação e as desigualdades, mas – evidentemente – não discute a perspectiva de luta contra o capital, entendendo o desenvolvimento do agricultor familiar na lógica do capital (...) De fato, essas idéias representam uma mudança, pois reconhecem a inerência do trabalho familiar no desenvolvimento do capitalismo. É um avanço em relação à visão de que somente as relações capitalistas predominariam na agricultura. Mas é um atraso, ao entender que esteja somente nas políticas formuladas pelo Estado a garantia de uma integrabilidade, entre trabalho familiar e relações capitalistas, desconsiderando a essenciabilidade da luta contra o capital". (FERNANDES, 2001, p. 32).

Alentejano (2003) ao trata da relação campo-cidade no século XXI, destaca os limites para a integração a esquemas mercadológicos como possibilidade de desenvolvimento, sem considerar alteração da estrutura fundiária, razão maior das desigualdades econômicas e sociais existentes no campo brasileiro. O fortalecimento do rural depende de reestruturação da propriedade da terra através da realização da reforma agrária como passo fundamental para construir um padrão de desenvolvimento capaz de romper a miséria, desigualdade e dependência a que as populações rurais do país estão submetidas há muitos séculos.

> "... nosso entendimento da dimensão territorial do desenvolvimento rural nos leva a relativizar as formulações dominantes neste debate brasileiro, especialmente ao otimismo de autores no que diz respeito à possibilidade de criar ambientes virtuosos que impulsionem definitivamente o desenvolvimento de determinadas regiões e, especialmente, a aposta na possibilidade de criação de amplos consensos em torno deste desenvolvimento local/regional. A nosso ver, a criação de um padrão de desenvolvimento no meio rural pautado pela eqüidade e a sustentabilidade econômica, social e ambiental, em consonância com a diversidade regional brasileira, não pode prescindir de uma reestruturação radical da estrutura fundiária" (ALENTEJANO, 2003, p.36).

Portanto, se de um lado há a compreensão de estudiosos, órgãos oficiais, multilaterais e até alguns movimentos sociais de que o local se constitui como possibilidade de negócios, de outro, é necessário conceber as forças locais como resistência à imposição de regras mercadológicas capitalistas. Nesse sentido, o território se ergue como possibilidade de resistência a esquemas de dominação e subordinação engendradas na sociedade capitalista. No contexto contraditório de resistência, conflitos e reprodução de relações de dominação é que devem ser compreendidas tanto a dinâmica territorial agrária de pequenas cidades quanto a relação campo-cidade.

A contradição como parâmetro de interpretação da relação rural-urbano e pequenas cidades

O espaço rural e as pequenas cidades apresentam um conjunto de características que evidenciam a diversidade, mas não a uniformização das relações. Se as pequenas cidades e o rural apresentam características que evidenciam a predominância de relações pautadas na acumulação capitalista, o que parece ser uma constituição hegemônica; apresentam também evidências e indicativos de resistências e recusa à dominação capitalista.

Por isso, é possível afirmar que, no campo camponês e nas pequenas cidades, os valores emancipatórios não foram varridos completamente com a expansão das relações capitalistas de produção expressas no agronegócio e complexo agroindustrial (CAI). Muitos destes valores encontram-se presentes, estão sendo recuperados ou reforçados em ações cotidianas ou vinculadas aos movimentos sociais. São recuperados e recriados valores de uma vida comunitária, saberes, modos de vida, tradições, pagamento em trabalho, produção de autoconsumo, práticas comunitárias e solidárias, ajuda mútua, não apenas na esfera produtiva, mas também nos momentos de necessidade das famílias. São práticas vivas, recriadas e reproduzidas no campo camponês e em pequenas cidades.

Os movimentos sociais, embora não se realizem exclusivamente no campo, têm contribuído para a recuperação de práticas camponesas típicas do meio rural. Os movimentos estão presentes na luta por grandes transformações estruturais da sociedade, tais como luta por mudanças no sistema econômico e modo de produção, bem como reivindicações localizadas e ligadas à cidadania e à garantia de direitos.

Ao tratar das ações coletivas rurais, Scherer-Warren (1998) estabelece um quadro de referências, sintetizando os enfoques estruturalistas e culturalistas, a fim de encaminhar reflexão sobre o alcance e limites dos movimentos. Afirma, de um lado, que as raízes da ação política são macro-fundamentadas economicamente (estruturalista), em que os movimentos sociais se formam e se organizam relacionados à estrutura fundiária, processos produtivos, por exemplo; e os sujeitos coletivos são definidos por categoria abrangentes, como o campesinato, proletariado, etc. Por outro lado, há as relações micro-fundamentadas sócio-culturalmente (culturalistas), que enfatizam uma lógica de mobilização coletiva a partir de relações sociais cotidianas vinculadas a identificações culturais específicas de grupos como os indígenas, seringueiros, mulheres agricultoras, etc.

> "Desta forma, na primeira, trata-se de buscar na estruturação fundiária e na configuração de processos produtivos as possibilidades de formação de movimentos sociais rurais e, em última instância, nas relações entre macro-fundamentos econômicos, ideológicos e políticos. De acordo com a segunda, a construção de identidades coletivas, de políticas contestatórias e de novas manifestações político-culturais tem suas raízes nos micro-fundamentos das relações sociais cotidianas, ou seja, em torno de identificações culturais específicas" (SCHERER-WARREN, 1998, p. 223).

Ainda de acordo com Scherer-Warren (1999), a criação de uma rede de movimentos sociais implica o estabelecimento de relações democráticas abertas ao pluralismo e à diversidade cultural, em oposição às ações políticas caracterizadas pela centralidade das decisões e hierarquização do poder. Nesse sentido, a criação de redes de movimentos sociais possibilita a difusão de ideal democrático, conectando as filosofias locais ao global, e vice-versa, em que questões do cotidiano se tornam globais e planetárias. Por meio da rede, seria possível alcan-

çar a integração da diversidade numa relação mais democrática, horizontal e plural, conectando diferentes espaços e momentos históricos.

As lutas e resistências camponesas foram visualizadas e consideradas importantes por grande parte de estudiosos e pelos próprios sujeitos, quando realizadas no interior dos movimentos sociais, que se constituíram como paradigmas na realização destas lutas. Entretanto, existe uma prática de resistência entre os camponeses que extrapolam os limites dos movimentos sociais, ou seja, uma resistência para além dos movimentos sociais, como se existisse um "movimento camponês" mais amplo do que os "movimentos sociais".

O fortalecimento de organizações mundializadas de camponeses é entendido por alguns autores como uma alternativa de organização e resposta ao processo de globalização do capital. Trata-se, também, de uma resposta em escala mundial com base em amplas alianças dos diferentes movimentos sociais populares.

> "... temos de procurar uma articulação dos excluídos, desprezados, dominados e explorados em escala mundial, incluindo os que vivem nos paises desenvolvidos; uma coordenação, cooperação e alianças entre os sujeitos políticos e sociais que participam nas lutas emancipadoras procurando a construção de entidades mundiais. É necessário elaborarmos uma estratégia que inclua a articulação com forças que operam nos três grandes blocos de poder mundiais, e estabelecer relações multilaterais com cada um deles como uma maneira de deslocar a partilha política das zonas de influência entre os mesmos" (HARNECKER, 2000, p. 393).

Muitos estudiosos e os próprios movimentos sociais camponeses têm valorizado as ações em escala ampla e massiva, como a realização de grandes encontros, marchas, eventos e manifestações variadas que criam um fato político e garantem grande repercussão. As pequenas manifestações acabam sendo depreciadas, sendo as lutas consideradas "isoladas", não portadoras de potencial transformador da sociedade.

O exemplo típico de movimentos camponeses de escala nacional que oferece maior resistência à opressão engendrada na produção capitalista é o MST. O fato de o movimento ser espacializado nacionalmente e articulado a outros movimentos, inclusive de outros países, tem trazido importantes resultados e conquistas para os camponeses.

Segundo Fernandes (2004), o fato de o MST possuir uma ação nacional, presente em 23 unidades da Federação, semelhante à construção de uma rede, faz dele não apenas um movimento social, mas um movimento sócio-territorial. O Movimento dos Sem-Terra se tornou um movimento sócio-territorial no momento que as lutas "isoladas" foram articuladas nacionalmente, quando foi fundado o MST, em Cascavel/PR, no ano de 1984. Antes disso, o movimento era "isolado", pontual e localizado, o que dificultava a ampliação das lutas e conquistas.

No entanto, é importante destacar que a articulação de diferentes espaços e momentos históricos, o que permite as resistências e negação de ordem opressora, não é necessariamente resultante da "globalização" dos movimentos sociais (como se existisse uma "boa" globalização) com a articulação de diferentes escalas espaciais. A resistência camponesa, por exemplo, também ocorre fora dos grandes esquemas de "globalização" dos movimentos sociais, ou seja, existe uma articulação de territórios que não provém de laços comandados por redes globais de movimentos sociais.

Assim, muitas manifestações locais entre os camponeses, não inseridas nas redes de movimentos, expressas em conhecimentos, saberes, costumes, tradições, são gestadas, cultivadas e difundidas independentemente da formação de redes e inserção em grandes esquemas globais.

Se, por um lado, verifica-se uma ação menos territorializada dos movimentos sociais com lutas mundializadas, por outro, ganha sentido uma força local sustentada no território camponês, como o acampamento de sem-terra, assentamento, comunidades, bairros e mesmo propriedades/lotes de pequenos agricultores. O local não é somente uma especificidade ou detalhe, mas espaço portador de conteúdo total, além de apresentar características que podem favorecer a realização das lutas camponesas.

Embora, os movimentos sociais tenham defendido e servido para recuperar práticas comunitárias, solidárias, preservacionistas, coletivas e de resistência dos camponeses; contra-

ditoriamente, verificam-se relações sociais no meio rural e nas pequenas cidades não comandadas pela igualdade e harmonia entre os diferentes sujeitos. Os ideais românticos e utópicos de pequenas cidades como refúgio de classes médias, porque aí relações de exploração, violência, opressão e dominação ainda não se fazem presente como nas grandes cidades, não corresponde à realidade.

Não corresponde à realidade também o ideal popular de que os camponeses são sujeitos autônomos por serem os proprietários de meios de produção (terra, instrumentos, ferramentas, etc.) ou porque o produto de seu trabalho lhe pertence no final do processo produtivo. Veja-se o caso dos territórios conquistados pelos camponeses, como nos assentamentos de reforma agrária, por exemplo, que são entendidos muitas vezes como território livre da dominação do capital. Nos assentamentos, contudo, são reproduzidas diversas relações de dominação que, muitas vezes, estão por trás das pequenas escalas de ação dos sujeitos.

O exemplo da família camponesa é ilustrativo para caracterizar as desigualdades aí existentes, pois ela está marcada também por relações autoritárias, centralizadas e antidemocráticas. A figura masculina na família camponesa, por exemplo, assume papel central nas decisões. As mulheres são responsáveis por afazeres menos importantes economicamente, pela produção de "miudezas" no sítio, mas fundamental na reprodução do grupo familiar.

Portanto, os territórios dominados pelos camponeses, bem como aqueles de forte dinamismo agrário, como nas pequenas cidades, reproduzem relações de dominação. Por isso, não devem ser considerados território livre e arrebatado da opressão e dominação. O território dos camponeses não está livre do modo de controle das relações capitalistas de produção, a que se refere Mészáros (1999).

Mészáros (1999) destaca que o capital não é apenas um modo de produção, mas um modo de controle. "O capital é um modo específico de controle do metabolismo social que deve ter sua estrutura de comando apropriada em todas as esferas e em todos os níveis, porque não pode tolerar absolutamente nada acima dele mesmo." (p.116).

Segundo Mészáros (1999) ainda, o capitalista e proprietários fundiários não assumem esta condição apenas porque têm dinheiro. Eles somente serão capitalistas e proprietários fundiários se inserirem seu dinheiro numa regra controlada pelo próprio capital, ou seja, empregado na compra de bens de produção (terra, matérias-primas, instrumentos, máquinas) para explorarem a força de trabalho de outros ou apropriarem-se da renda da terra. Isso revela que apenas o domínio dos meios de produção não é suficientemente necessário para romper com a hegemonia capitalista. Acrescenta-se ao modo de controle do metabolismo social do capital o papel desempenhado pelo Estado, pois será dele a garantia de controle das resistências e negações.

Todavia, se existe, de um lado, o domínio das relações capitalistas no campo e pequenas cidades, de outro, o modo de produção não exerce domínio completo de todas as relações sociais a serviço dos interesses acumulativos. As pessoas agem e reagem a este processo de formas variadas, tanto nos movimentos sociais, como destacado anteriormente, quanto nas ações cotidianas assentadas no território para além dos movimentos sociais. Não há uniformização da imposição das relações capitalistas de produção, como se fosse uma via de mão única, e nem hegemonização de relações igualitárias, o que marca um confronto desigual entre diferentes relações.

No sentido de interpretar a relação entre rural e urbano, campo e cidade, como totalidade, e não como oposição, surgiu a idéia de complemento, interdependência e continuo (*continuum*). A idéia de contínuo está colocada como parte das críticas à concepção dicotômica de oposição entre rural e urbano.

> "Segundo este autor – Robert Redfield – existiriam variações e continuidades entre os aspectos culturais das populações urbanas e não-urbanas. Como o aumento da heterogeneidade e complexificação dos grupos sociais, este *continuum* caminharia para o urbano. Assim, a urbanização enfraqueceria os laços estabelecidos pelos grupos rurais, difundindo traços próprios da vida urbana com o aumento da individualidade e a fragmentação das comunidades". (ROSA e FERREIRA, 2006, p. 194).

Embora a idéia de *continuum* possa apresentar como traço essencial uma concepção de evolução de rural para o urbano com tendência à homogeneização em vista das diversas e intensas interações entre populações rurais e urbanas, principalmente com a industrialização, segundo Rosa e Ferreira (2006), este pode ser um conceito utilizado para interpretar a natureza das relações entre campo-cidade e rural-urbano.

Rosa e Ferreira (2006) chamam a atenção para a retomada do conceito de *continuum* numa outra perspectiva, diferente daquela de homogeneidade, evolução de rural para urbano e superioridade de cidades. Em vista das intensas relações entre rural e urbano e a reprodução de hábitos rurais reproduzidos no urbano e vice-versa, é possível reconhecer uma continuidade entre campo e cidade, ou seja, o rural e urbano se constituem como elementos de uma mesma totalidade. Assim, o campo e a cidade somente poderiam ser compreendidos na totalidade expressa pelo *continuum*:

> "Diante da presente reflexão, acredita-se que a abordagem do campo e da cidade, bem como do rural e do urbano deve levar em consideração noção de um continuum, já que a riqueza de informações surge quando percebemos a relação prática que se estabelece entre essas esferas. Todavia, verifica-se que é necessário repensar o conceito de continuum, não abandonando as formas de produção e consumo, as relações sociais e a própria configuração - espacial - dos grupos de uma dada área" (ROSA e FERREIRA, 2006, p. 202).

Entretanto, embora uma nova interpretação de *continuum* possa apresentar um conteúdo importante ao reconhecer o rural e o urbano numa mesma totalidade, cabe destacar que a interdependência e o complemento implícito em sua concepção possuem limitações, pois não enfatizam a natureza conflituosa e contraditória da relação campo cidade. A partir da perspectiva de *continuum* e de complemento, não se atenta, por exemplo, para o conflito entre a sobreposição (imposição) de ideologias e costumes do meio urbano. A disseminação do padrão urbano que se sobrepõe ao rural, ou sua negação, não ocorre de forma harmônica e interdependente, mas conflituosa e contraditória. Na concepção de *continuum* não está implícito o princípio da contradição e do conflito de relações.

A resistência e negação das superposições permitem fazer referências a descontinuidades, que não significam, necessariamente, dualidade, dicotomia ou fragmentação dos diferentes espaços e grupos sociais existentes, mas sim contradição no processo de materialização das relações sociais. As contradições se expressam nas negações, resistências e permanências de relações típicas do campo nos espaços urbanos. Elas não são resquícios, ilhas de ruralidades e resíduos que "mais cedo ou tarde" vão desaparecer, mas parte da essência do espaço.

Verifica-se, assim, a reprodução de relações típicas do meio rural no urbano e vice-versa, ou seja, as relações urbanas estão presentes no campo e na cidade, bem como as relações relativas ao universo rural também vivem no campo e na cidade, sobretudo nas pequenas cidades.

Os traços agrários das pequenas cidades são verificados na esfera política, produtiva, dos valores, costumes, etc. Na esfera da produção, por exemplo, não é raro encontrar nas pequenas cidades uma agricultura urbana, sobretudo naquelas cidades pequenas e onde a fertilidade da terra proporciona elevada renda da terra diferencial. Hortas e criação de animais também são exemplares de atividades rurais que se reproduzem nas cidades.

Outro exemplo é a acumulação capitalista rentista, "típica" acumulação do Brasil rural, verificada nas cidades, como no caso dos "vazios urbanos". Este "vazio" de relações urbanas não significa que é vazio no todo, pois são preenchidos por relações agrárias, ou seja, permitem uma acumulação típica do meio rural, como rentismo e especulação.

Ao estudar cidades do Oeste do Paraná, Ferrari Jr. (2006) refere-se ao preço do solo urbano nas cidades desta região paranaense regido pelo rural, ou seja, pela safra de soja, inclusive daqueles agricultores brasileiros que desenvolvem atividades agrícolas no Paraguai. Muitos agricultores brasileiros investem a renda obtida com as lavouras no Paraguai (e também no Brasil) na aquisição de lotes urbanos nas cidades brasileiras de fronteira para futura "valorização". O autor exemplifica o caso das safras de soja de 2003 no Brasil e Paraguai, em que o preço do lotes urbanos das cidades brasileiras da fronteira sofreu elevadas altas em vista da procura, ou seja, agricultores que transportavam a renda da terra rural (diferencial) para

urbana (absoluta). Dessa forma, verifica-se que a dinâmica do preço da terra urbana é regulada/condicionada pelas safras no meio rural. Apresenta-se aí uma forma de como o rural se faz presente na cidade, inclusive numa região altamente urbanizada.

A força do rural no urbano desdobra-se também na hierarquia espacial, pois, se de um lado, verifica-se a produção do espaço rural comandado pelas forças urbanas e industriais, como ocorre no complexo agroindustrial (CAI), por exemplo, como tratado anteriormente, verifica-se a importância do rural no estabelecimento dos preços da terra urbana, indicando que este processo não é uma via de mão única.

Acrescenta-se também o exemplo de muitos municípios pequenos em que há assentamentos de reforma agrária, onde praticamente todo o dinamismo e a vida econômica da sede (pequenas cidades) são comandados por uma força agrária proveniente da pequena agricultura, camponesa.

Nas pequenas cidades não se reproduzem apenas relações econômicas vinculadas ao rural, mas também políticas. Este é o caso de práticas políticas típicas da oligarquia rural quando as forças clientelistas, oligárquicas e autoritárias se erguem nestes espaços. Um exemplo são os cargos público-eletivos de comando, que geralmente são tomados por forças coronelistas locais, ou a serviço delas, num processo de "prefeiturização" das relações nas pequenas cidades.

Muitas administrações de prefeituras de pequenas cidades assemelham-se mais à gestão de uma fazenda em que os vínculos pessoais, autoritários e controle dos diferentes setores sociais estão sob a tutela do líder político centralizador e impermeável à diversidade e oposições. Esses administradores públicos agem geralmente mais como um capataz de fazenda do que um gestor público capaz de conviver com as diferentes posições políticas, ou seja, posições políticas divergentes não são toleradas. Estas são práticas administrativas semelhantes às de "coronel de sertão", vinculadas à oligarquia rural e que se reproduzem e se perpetuam nos espaços das cidades.

Acrescenta-se ainda o fato de que os líderes políticos locais possuem o controle dos diferentes cargos na administração pública, e dominam as pessoas pelo mecanismo de concessão de empregos. Não são raras, inclusive, as práticas em que o patrimônio e recursos públicos são entendidos pelo gestor como propriedade privada, distribuídos de acordo com critérios pessoais e eleitoreiros.

Considerações finais

A partir dos apontamentos feitos, verifica-se que, no processo contraditório e desigual da produção o espaço, ergue-se uma força agrária, principalmente nas pequenas cidades, onde se reproduzem relações ora rurais, ora urbanas, o que indica que a força hegemônica da urbanização e industrialização não se realiza de maneira homogênea e uniforme. Portanto, não é possível verificar o fim do rural ou permanência somente de ilhas de ruralidade. A idéia de *continuum* e interdependência, que pressupõe harmonia entre o rural e o urbano, também apresenta limites como instrumental de interpretação. Por isso, é necessário que as pequenas cidades e o seu dinamismo agrário sejam interpretados a partir de uma unidade conflituosa e contraditória.

A contradição se manifesta também nas resistências e negações cotidianas, ou vinculadas aos movimentos sociais, à dominação capitalista. Nas pequenas cidades e no campo camponês são reproduzidas relações humanas, solidárias, igualitárias e de resistências. Todavia, considerando que as pequenas cidades são condição e reflexo da reprodução ampliada do capital, aí também se reconhece a reprodução de relações de dominação tanto estrutural como cotidiana.

Eis, pois, como as pequenas cidades apresentam um caráter agrário na sua dinâmica territorial, interpretadas no processo contraditório e conflituoso das relações de produção capitalistas.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. São Paulo: Hucitec. 1992.

ALENTEJANO, P.R.R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. Terra Livre. São Paulo: AGB. AGB. Ano 19, v. 21, n. 21, p. 25-39. Jul/dez 2003.

BERNARDELLI, M.L.F.H, O caráter urbano das pequenas cidades da região canavieira de Catanduva-SP. In: Sposito, M.E.B. e Whitacker, A.M. (Orgs). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular. 2006.

ENDLICH, A. M. Perspectiva sobre o urbano e o rural. In: Sposito, M.E.B. e Whitacker, A.M.(Orgs). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular. 2006.

FERNANDES, B.M. Movimento sócio-territorial globalização. Digitado: Presidente Prudente. 2004.

FERNANDES, B. M. e WELCH C. A. Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: Paulino, E. T. e Fabrini, J.E (orgs). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: expressão popular. 2008.

FERRARI JR, W. A Especulação Imobiliária Urbanização no Oeste Paraná. Cascavel: Unioeste. Monografia de graduação geografia. 2006.

HARNECKER, M. Tornar possível o impossível. Paz e Terra: São Paulo. 2000.

LEFEBVRE, H. O direito a cidade. Tradução. Frias R.E. São Paulo: Editora Centauro. 2004.

MARX, K O 18 Brumário de Luis Bonaparte. São Paulo: Moraes. 1987.

MÉSZAROS, I. A Ordem do Capital e o Metabolismo Social da Reprodução. Revista de filosofia/ política/ Ciência da História. Tomo I - Marxismo. 1999. p. 83 - 124.

NUNES, S. P. OLIVEIRA, M.A. Desenvolvimento local: possibilidades e limites. Boletim do Deser: Curitiba. N.139. p. 3-14, set/ 2004.

SANTOS, M. Por uma outra globalização. 2. ed. São Paulo: Record. 2000.

_____ Território e sociedade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2000b.

SCHERER-WARREN, I. O caráter dos novos movimentos sociais. In: Scherer-Warren, I. e Krischke, P.J (orgs). Uma revolução no cotidiano? São Paulo: Brasiliense. 1987. p. 35–63.

SILVA, J.G. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: UNICAMP. 1996.

_____ Urbanização e Pobreza no campo. In: agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação e perspectiva. São Paulo: Perspectiva. 1995.

SOLARES, C.J. Lo Rural y lo Urbano: Una reflexión en torno a su definición. In: Anales de Investigación (depto. de sociología rural). Universidad Autónoma Chapingo. p. 5-28. México. 1998.

SOLARI, A.B. O objeto da sociologia rural. In: vida rural e mudança social (Orgs) Szmrecsányi, T. e Queda O. São Paulo: Cia. editora nacional. 1979.

VEIGA, J.E. O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. São Paulo: MDA/Nead. 2001.

_____ Encruzilhada estratégica do Brasil rural. São Paulo: MDA/Nead. 2001b.

Artigo recebido em abril de 2009.